tos do categoria e exercício superior ou igual à soma dos actuais vencimentos com aquele subsídio.

§ 2.º Os funcionários a quem se refere este artigo, que voltarem aos seus quadros na metrópole dentro do prazo nele indicado, são considerados, para o effeito de abonos de regresso, como exonerados por conveniência de serviço.

Art. 3.º O artigo 93.º do regulamento de 11 de Dezembro de 1902 só é applicável aos funcionários do quadro postal da metrópole que não estão actualmente em serviço nos correios coloniais, por já terem sido exonerados das comissões que ali exerceram por cinco anos, e que aguardam o ingresso no mesmo quadro com a categoria superior à actual. Para estes funcionários consideram-se restabelecidas todas as disposições do citado artigo, que se acham modificadas.

Art. 4.º Fica revogada a legislação em contrário.

O Ministro das Colónias assim o tenha entendido o faça executar. Dado nos Paços do Governo da República, e publicado em 10 de Setembro de 1914.—*Manuel de Arriaga*—*Alfredo Augusto Lisboa de Lima*.

MINISTÉRIO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

2.ª Repartição de Instrução Primária e Normal

DECRETO N.º 853

Considerando que a lei n.º 233, de 7 de Julho último, contém uma disposição transitória, em virtude da qual é permitida a matrícula nas actuais escolas de ensino normal e de habilitação para o magistério primário durante os três próximos anos lectivos;

Considerando que, embora os alunos possam frequentar qualquer das escolas actualmente existentes, convém que os exames de admissão se effectuem apenas em algumas, não só porque está no espirito e na letra da lei reduzir o número das escolas normais, como ainda porque isso representa economia para o Estado e torna mais fácil a fiscalização;

Considerando que o ensino normal exige uma preparação mínima que se aproxime do grau de instrução atingida no 3.º ano do curso dos liceus;

Sob proposta do Ministro de Instrução Pública: hei por bem decretar o seguinte;

1.º Os exames de admissão às escolas normais e de habilitação para o magistério primário, realizar-se hão nas escolas de Braga, Vila Real, Porto, Viseu, Castelo Branco, Coimbra, Lisboa, Évora, Faro, Funchal, Horta, Angra do Heroísmo e Ponta Delgada.

2.º Os alunos que pretenderem fazer exame de admissão poderão requerê-lo até o dia 30 de Setembro corrente.

3.º Estes exames compreenderão as provas escritas, orais e de labores que constam do regulamento e programas de 11 de Agosto de 1911, que deverão ser applicados com todo o rigor, sem exclusão da prova de francês.

4.º Os candidatos que obtiverem na maioria das provas escritas, médias inferiores a dez valores, não serão admitidos às provas orais.

5.º Em tudo que não estiver regulado neste decreto, observar-se há a legislação vigente.

O Ministro da Instrução Pública assim o tenha entendido e faça executar. Dado nos Paços do Governo da República, e publicado em 10 de Setembro de 1914.—*Manuel de Arriaga*—*José de Matos Sobral Cid*.

Repartição de Instrução Universitária

PORTARIA N.º 226

Sendo de reconhecida vantagem não obrigar um aluno a repetir o exame duma disciplina em que já tenha sido

aprovado, pelo facto de pretender usar dela com um fim diferente daquele que correspondeu à forma como o realizou a primeira vez;

Atendendo a que sobre o assunto foram unânimes os Conselhos da Faculdades de Ciências das três Universidades da República e ainda o Conselho de Instrução da Escola de Guerra:

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro de Instrução Pública, que o aluno que tenha obtido aprovação num exame de grupo de bacharelato que compreenda uma disciplina preparatória para qualquer das escolas de applicação, designadamente a de Guerra e a Naval, não seja obrigado, para a admissão nessas escolas, a repetir a disciplina isolada, podendo concorrer com a certidão do exame do grupo, desde que nela explicitamente se indique a disciplina preparatória exigida pelo regulamento da escola a que o candidato se destina e a cota de mérito que nela alcançou.

Dada nos Paços do Governo da República, e publicada em 10 de Setembro de 1914.—O Ministro de Instrução Pública, *José de Matos Sobral Cid*.

DECRETO N.º 854

Tendo sido, por decreto de 11 de Setembro de 1913, criado o Estágio de Arquivistas junto da Inspeção das Bibliotecas e Arquivos, tornado permanente por decreto de 21 de Maio último;

Usando da faculdade que me confere o n.º 3.º do artigo 47.º da Constituição Política da República Portuguesa:

Hei por bem decretar, sob proposta do Ministro de Instrução Pública, que seja aprovado o regulamento do referido Estágio para Arquivistas que abaixo segue pelo mesmo Ministro assinado.

O Ministro de Instrução Pública assim o tenha entendido e o faça executar. Dado nos Paços do Governo da República, e publicado em 10 de Setembro de 1914.—*Manuel de Arriaga*—*José de Matos Sobral Cid*.

Regulamento do Estágio de Arquivistas

criado por decreto de 11 de Setembro de 1913 e tornado permanente por decreto de 21 de Maio de 1914

Artigo 1.º É permitida a matrícula no Estágio de Arquivistas a todos os individuos, que, mediante a apresentação de documento, provem a sua qualidade de funcionários públicos, ou, quando sejam estranhos ao serviço official, mediante requerimento apresentado ao inspector das Bibliotecas Eruditas e Arquivos e instruído com certidão do curso dos liceus, secção de letras.

Art. 2.º A matrícula realizar-se há na Secretaria Geral das Bibliotecas e Arquivos Nacionais desde 20 de Setembro até 5 de Outubro.

Art. 3.º Será limitada ao número de trinta alunos a matrícula neste curso, devendo as declarações ou requerimentos ser graduados por ordem da respectiva entrada na Secretaria.

§ 1.º Os candidatos, cuja matrícula se não effectivou por se ter já atingido o número máximo dos matriculados, tem preferência para a matrícula no ano seguinte.

§ 2.º Os alunos estagiários que estiverem nas condições do artigo 6.º do decreto n.º 508, de 21 de Maio de 1914, não serão contados para perfazerem este número.

Art. 4.º As aulas começarão no dia 15 de Outubro e terminarão no dia 30 de Maio.

Art. 5.º As aulas de arquivologia e de biblioteconomia serão bi-semanais, com a duração de uma hora cada, e a de paleografia três vezes por semana, com a duração de hora e meia cada.

Art. 6.º O ensino das aulas, ministrado segundo os programas publicados em 20 de Setembro de 1913, será teórico, como elemento preparatório o práctico.

§ único. As aulas práticas poderão ser constituídas por trabalhos práticos feitos no curso ou por visitas de estudo.

Art. 7.º Os alunos estagiários são obrigados não só aos trabalhos práticos das respectivas aulas, mas a dissertações orais ou escritas, que os professores entendam dever passar-lhes.

Art. 8.º Perderá o ano todo o aluno estagiário que tiver deixado de comparecer a mais dum tёрço das aulas.

§ único. A perda do ano numa cadeira não implica a perda do ano nas outras.

Art. 9.º Os alunos estagiários, que só tenham frequentado uma ou duas cadeiras, sem nelas terem perdido o ano por faltas, serão dispensados da frequência dessa ou dessas cadeiras, quando novamente requererem a sua inscrição.

Art. 10.º Todos os alunos estagiários, que não tenham perdido o ano por faltas nas três cadeiras, serão admitidos às provas finais.

§ único. Os alunos estagiários que tenham perdido o ano por faltas em uma ou duas cadeiras, só poderão prestar provas finais quando tenham obtido frequência nessa ou nessas cadeiras.

Art. 11.º As provas finais, que se realizarão no mês de Junho, serão constituídas por provas escritas e orais. As primeiras serão prestadas conjuntamente por todos os estagiários ou em turnos. As segundas serão prestadas em grupos de nove alunos.

Art. 12.º Em todas as cadeiras do estágio haverá duas espécies de provas. As provas escritas de arquivologia constarão da extracção do sumário dum ou mais documentos, com a respectiva inscrição no registo de entrada; as de paleografia, da cópia de um documento; e as de biblioteconomia, da extracção de verbetes dum ou mais livros impressos. As provas orais constarão da explanação dum ponto, tirado à sorte com vinte e quatro horas de antecedência e interrogatório sobre a matéria versada; tanto o ponto, como o interrogatório devem exclusivamente versar questões práticas.

§ 1.º A explanação durará o máximo vinte minutos e o interrogatório não poderá ir além de um quarto de hora.

§ 2.º Na aula de paleografia a parte oral constará unicamente dum interrogatório sem prévia tiragem de ponto.

Art. 13.º Prestadas todas as provas por todos os estagiários far-se há a respectiva classificação final, que será regulada pela seguinte tabela:

De 0 a 4, mau.

De 5 a 9, medíocre.

De 10 a 14, suficiente.

De 15 a 17, bom.

De 18 a 20, muito bom.

A classificação de 16 valores e superiores correspondem à distinção. Os alunos estagiários que obtiverem média inferior a 10 consideram-se adiados.

§ único. A classificação final será a soma das classificações obtidas nas provas de cada uma das cadeiras, dividida pelo número dessas cadeiras.

Art. 14.º Do resultado dos exames se lavrarão os respectivos termos em livro especial, devendo estes termos ser assinados por todos os membros do júri.

Art. 15.º O júri das provas é constituído por todos os

professores das aulas, sob a presidência do director do estágio.

Art. 16.º Aos alunos estagiários, que o requererem, será passado um diploma, donde constará a classificação final.

§ único. Este diploma será título de preferência para o desempenho do cargo de bibliotecário-arquivista das Secretarias do Estado ou dos estabelecimentos dele dependentes.

Art. 17.º O lugar de director do estágio será exercido por um conservador do Arquivo Nacional ou por um bibliotecário da Biblioteca Nacional, e as aulas serão regidas por funcionários destes dois estabelecimentos, devendo os professores de arquivologia e paleografia ser funcionários do Arquivo Nacional e o de biblioteconomia da Biblioteca Nacional.

Art. 18.º A nomeação do director e dos professores do estágio será feita pelo Ministério de Instrução Pública, sob proposta do inspector das Bibliotecas Eruditas e Arquivos, e considera-se vitalícia, simultaneamente, com o cargo que o respectivo professor desempenhar.

Art. 19.º Na ausência do director do estágio será este substituído pelo professor mais antigo e de maior categoria.

Art. 20.º No caso de impedimento de um professor, por motivo justificado, o inspector das Bibliotecas Eruditas e Arquivos, ouvido o Conselho, nomeará, provisoriamente, um substituto escolhido nos termos do artigo 17.º

Art. 21.º O inspector das Bibliotecas Eruditas e Arquivos, sob proposta do director do estágio, poderá dispensar de todo ou parte do serviço inerente aos cargos de conservador ou bibliotecário, os professores do estágio de arquivistas, sempre que por motivo de viagens de estudo, visitas aos arquivos provinciais ou maior intensidade do serviço do mesmo estágio, essa dispensa se torne necessária.

Art. 22.º Para o serviço privativo da secretaria do estágio haverá um secretário nomeado pelo inspector das Bibliotecas Eruditas e Arquivos, sob proposta do director, de entre os funcionários dos serviços bibliotecários e arquivísticos.

Art. 23.º Os professores, sob a presidência do director do estágio, constituem o Conselho para deliberar sobre todos os assuntos respeitantes ao mesmo.

§ 1.º O Conselho reunir-se há, obrigatoriamente, duas vezes por ano, uma antes da abertura das aulas, para aprovação do horário e serviço escolar do ano, e outra, depois do encerramento das aulas, para apreciação da frequência dos alunos estagiários e aprovação dos pontos para exame.

§ 2.º O Conselho poderá reunir, extraordinariamente, quando o seu presidente o entenda necessário, ou quando qualquer dos seus membros, por intermédio do presidente, peça a sua convocação.

Art. 24.º O director do estágio apresentará, no fim de cada ano lectivo, ao inspector das Bibliotecas Eruditas e Arquivos, um relatório minucioso acerca da forma por que foi ministrado o ensino.

Art. 25.º Fica revogada a legislação em contrário.

Paços do Governo da República, em 10 de Setembro de 1914.—O Ministro de Instrução Pública, *José de Matos Sobral Cid*.